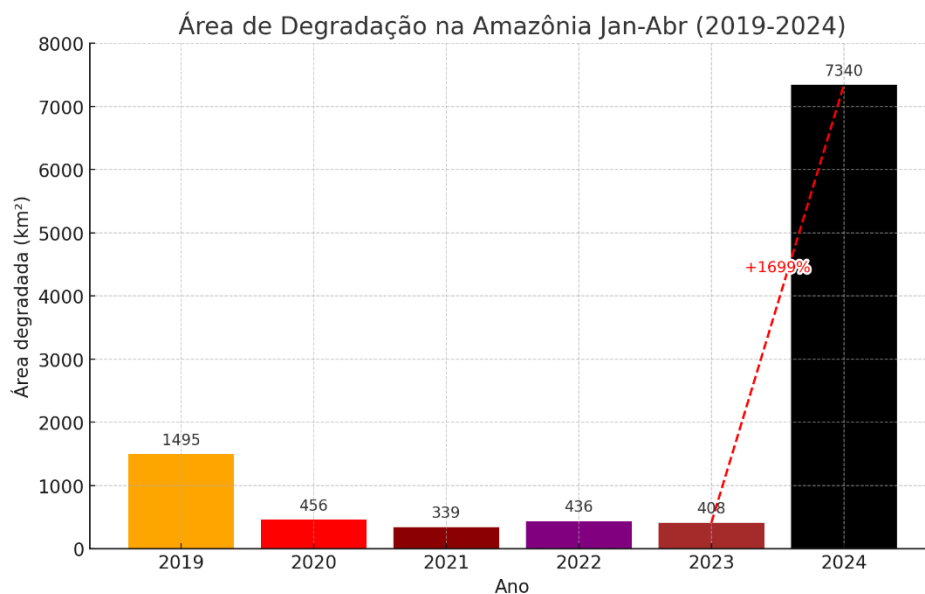




Sem fiscalização do Ibama e do ICMBio, a área de degradação na Amazônia aumenta quase 17 vezes em comparação com 2023.

A área de degradação florestal da Amazônia, ou seja, a área onde ocorreu a eliminação parcial da vegetação florestal por atividades como queimadas, garimpo e extração de madeira, aumentou quase 17 vezes no primeiro quadrimestre de 2024 em comparação ao mesmo período do ano passado. A área de degradação passou de 408km² em 2023 para 7.340 km² em 2024, representando um aumento de aproximadamente 1699%, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).



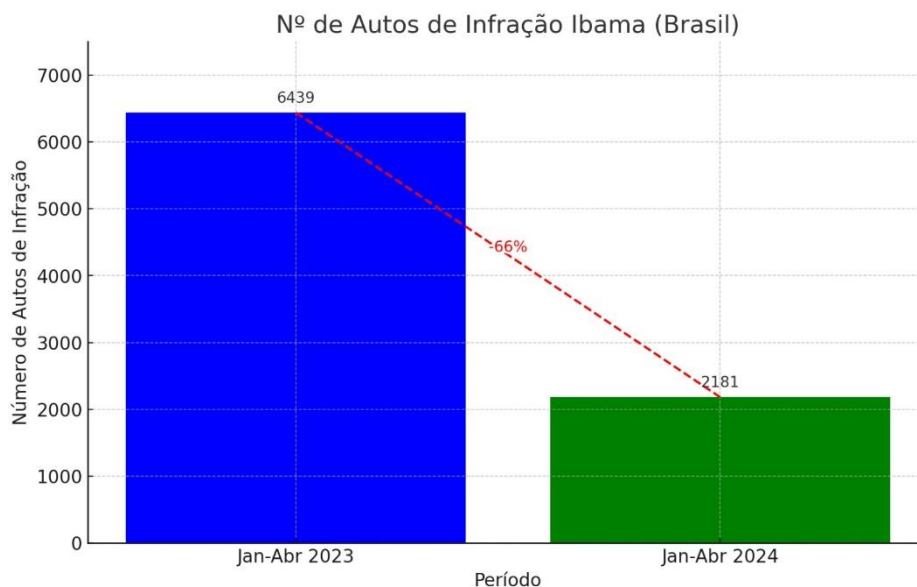
Fonte: INPE

Além disso, o número de alertas de degradação subiu de 445 de janeiro a abril de 2023 para 7.981 no mesmo intervalo em 2024, representando um aumento de cerca de 1693%.

Essa intensificação dramática da degradação ambiental na região é atribuída, em parte, em decorrência do fenômeno El Niño, mas é agravada pelo déficit orçamentário que a gestão ambiental sofre há anos, assim como pela ausência de fiscalização por parte dos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

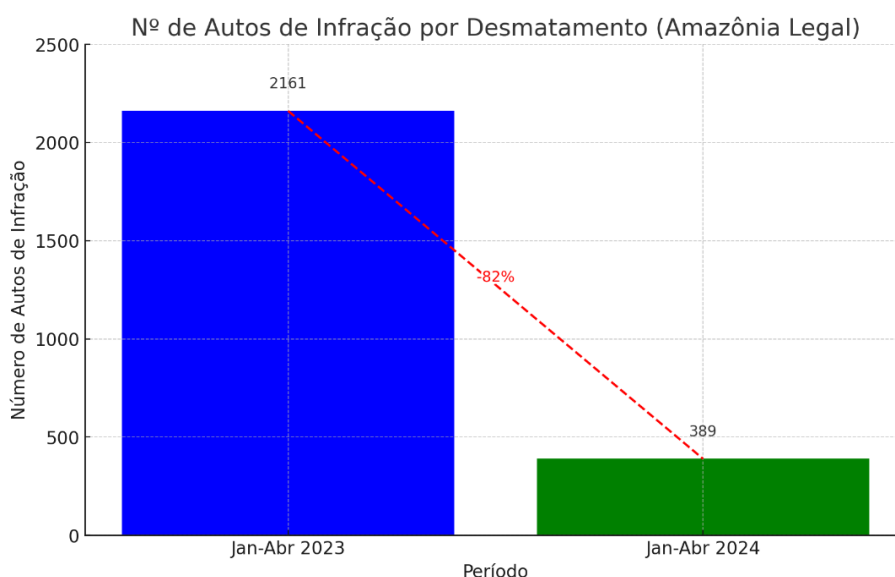
(ICMBio) que, desde janeiro de 2024, restringiram as atividades de campo reivindicando melhores condições de trabalho, reestruturação de carreira e realização de concursos públicos.

De acordo com levantamento da ASCEMA Nacional, foram lavrados no Brasil 2.181 autos de infração no primeiro quadrimestre de 2024, uma redução de 66% em relação ao número registrado de janeiro a abril do ano passado, que chegou a 6.439.



Fonte: ASCEMA Nacional

No que se refere aos autos vinculados ao desmatamento ilegal somente na Amazônia Legal, este número caiu de 2.161 para 389, representando redução de 82%. Nos índices gerais, o número de autos lavrados na Amazônia despencou de 3.238 para 752, ou seja, 77%.



Fonte: ASCEMA Nacional

Diferentemente do desmatamento, que é a remoção completa da vegetação nativa, a degradação ambiental representa a diminuição da capacidade da floresta de manter seus serviços ecológicos, como a regulação climática e a conservação da biodiversidade. Isso ocorre, frequentemente, devido a incêndios, exploração madeireira ilegal, extração mineral (garimpos) e outras intervenções que não removem completamente a cobertura florestal. O aumento da degradação é especialmente alarmante porque florestas degradadas podem ser mais suscetíveis ao desmatamento completo nos próximos meses.

Baixa execução do orçamento

Dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do Governo Federal evidenciam o agravamento da situação diante da baixa execução dos recursos destinados à fiscalização ambiental, também reflexo do impasse entre os servidores e o Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI). Da dotação inicial para controle e fiscalização ambiental para o ano de 2024, menos de 8% foi efetivamente pago nos quatro primeiros meses. Os recursos previstos para este ano são da ordem de R\$ 297.793.776, mas apenas R\$ 22.349.732 foram pagos.

O percentual que diz respeito à Fiscalização Ambiental relacionada a proteção à vida, da saúde e da segurança em Terras Indígenas revela uma discrepância ainda maior. Da dotação de R\$ 69.452.328, foram pagos R\$ 1.692.780. Não chega a 3%.

Ano	Órgão Orçamentário	Ação	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Total			317.850.000	297.793.776	303.175.369	169.803.153	33.220.171	22.349.732
2024	44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	21EK - Fiscalização Ambiental Relacionada à Proteção da Vida, da Saúde e da Segurança em Terras Indígenas	0	0	69.452.328	34.673.553	7.272.338	1.692.780
		214N - Controle e Fiscalização Ambiental	317.850.000	297.793.776	233.723.041	135.129.600	25.947.833	20.656.952

Para o presidente da ASCEMA Nacional, Cleberson Zavaski (Binho), os resultados do primeiro quadrimestre levam a crer que a ausência do Ibama e ICMBio nas operações ostensivas de combate ao desmatamento da Amazônia compromete o cumprimento das metas dos acordos internacionais que o governo brasileiro pretende alcançar, permitindo que atividades ilegais, como queimadas, garimpo, grilagem e extração de madeira, ocorram com maior impunidade. “Os órgãos ambientais federais estão há mais de 140 dias atuando de maneira concentrada em atividades internas burocráticas. O governo precisa agir urgentemente e provar o alinhamento

entre o discurso de campanha e a prática, ou, neste ritmo, não conseguirá entregar uma efetiva queda do desmatamento para a COP 30, em Belém, em 2025”, conclui.

Brasília, 23/052024

ASCEMA Nacional